



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E LITERATURA

INTERNATIONAL SEMINAR ON PHILOSOPHY AND LITERATURE

PORTUGAL - GOA:

OS ORIENTES E OS OCIDENTES

THE EAST(S) AND THE WEST(S)

Coordenação de Maria Celeste Natário, Renato Epifânio e Maria Luísa Malato



Ficha técnica

Título:

Portugal – Goa: os Orientes e os Ocidentes

Portugal – Goa: The East(s) and the West(s)

Seminário Internacional de Filosofia e Literatura
International Seminar on Philosophy and Literature

Organização:

Maria Celeste Natário (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Renato Epifânio (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Maria Luísa Malato (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto / Instituto de
Literatura Comparada Margarida Losa)

Paulo Borges (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa)

Editor:

Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Filosofia

Ano de edição:

2019

ISBN 978-989-8969-35-4

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8969-35-4/port>

URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1691&sum=sim>

O presente livro é uma publicação do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, financiada por Fundos Nacionais através da FCT/MCTES - Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do Projeto do Instituto de Filosofia com a referência FIL/00502.

LA CLÉ DU COMMERCE D'ORIENT: A IMAGEM DE GOA NOS LIVROS DE VIAGEM FRANCESES DO SÉCULO XVII

Hélder Mendes Baião

ILC/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto
226 077 100 | ilc@letras.up.pt

Resumo

Os livros de viagem franceses do século XVII oferecem uma reflexão sobre como evoluiu a imagem do império português do ponto de vista externo, de um país tão importante na diplomacia europeia quanto a França. A *Companhia Francesa das Índias Orientais* foi fundada em 1664. Quando os mercadores franceses chegam ao Oceano Índico pela primeira vez dispõem de poucas informações sobre a zona índica e as características do seu comércio. A experiência portuguesa que os estrangeiros franceses transcrevem e divulgam influencia uma visão crítica sobre a administração portuguesa dos territórios índicos, mas também é uma base de reflexão sobre a estratégia do imperialismo francês.

Palavras-chave: Imagologia, Portugal, França, Goa, Índia, Inquisição, Livros de viagem

Abstract

The 17th-Century French travel books offer a reflection on the evolution of the image of the Portuguese empire in France, a nation that influenced the European diplomacy at the time. The *French East India Company* was founded in 1664. When French merchants first reached the Indian Ocean, they had little information about the Indian area and the characteristics of trade. The Portuguese experience that French travelers transcribe and diffuse shaped a critical view of the Portuguese administration of the Indian territories, but it is also a basis to reflect about the strategies of French imperialism.

Keywords: Imagology, Portugal, France, Goa, India, Inquisition, Travel books

Tzvetan Todorov escreveu, quase em forma de máxima, que «seule l'idée que toute chose a un centre est une caractéristique de la tradition française»¹. A ser verdade, o conceito de centro, usado de tal forma normativa, ilustrará aqui como a força da Inquisição acabou por ser, para o olhar francês dos finais do século XVII e o século XVIII, a forma mais especificamente “portuguesa” que o viajante poderia descobrir no pequeno reino da Península Ibérica. A fixação na Inquisição é óbvia nos textos franceses, sobretudo a partir de 1580, quando o rei de Espanha passou a usar a coroa de Portugal, por herança e conquista. Como se, de um ponto de vista inconsciente, a perda de independência da coroa fosse associada a uma perda de valor moral. Como se depois da “união” dos dois reinos sob a mesma coroa (espanhola), a luz lusa se apagasse e dos projetos de domínio político só restasse a escuridão da inquisição, o seu mal maior.

A análise dos relatos de viajantes franceses sobre a Índia, território que no século XVI fora dominado pela presença portuguesa, apresenta um caso de estudo particular porque exemplifica bem o poder e fragilidade das generalizações. A Índia de ontem e de hoje é o exemplo de integração na mesma zona geográfica de muitas culturas heteróclitas, tanto nativas como europeias. E o que um estrangeiro vê na Índia necessariamente implica uma visão estreita da sua complexidade, tanto mais evidente quanto nela se buscar um centro explicativo. A editora Chandeigne está a realizar um trabalho extraordinário, ao publicar novamente antigos relatos de viagem, alguns escritos em italiano, mas sobre tudo em francês, que ilustram bem, passo a passo, a evolução das descobertas portuguesas, vistas de um ponto de vista externo. Também um trabalho de investigação de Dirk Van der Cruysse, *Le noble désir de courir le monde. Voyager en Asie au XVII^e siècle*, nos permite hoje perceber com uma visão mais ampla as viagens europeias e as suas variadas consequências intelectuais e científicas.²

Muito antes de conseguirem “dominar” a Índia e de sequer desenvolverem a representação índica que expôs Edouard Said, os Europeus tentaram integrar-se numa situação económica e política no Índico, num contexto muito competitivo, como o ilustra a fragmentação religiosa e política da região, o monopólio

¹ Tzvetan TODOROV, *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*, Paris, Seuil, 1989, p. 24.

² Dirk VAN DER CRUYSSSE, *Le noble désir de courir le monde. Voyager en Asie au XVII^e siècle*, Paris, Fayard, 2002.

estabelecido pelos portugueses e a guerra que as nações protestantes vão realizar depois contra o império português.

Até hoje, a crítica literária e os historiadores ignoraram frequentemente as variadas dimensões que dissimulam os textos dos viajantes. É importante, por exemplo, sublinhar que a crítica dos viajantes franceses aos reinos ibéricos (seus costumes e territórios) vai de par com o desenvolvimento do comércio e do colonialismo além-mar, levado a cabo pela França e pelas nações do Norte da Europa que se tornaram suas concorrentes. Não poderemos aqui analisar em pormenor todos os aspectos temáticos dos textos que tratamos. No entanto, os aspetos religiosos, políticos, económicos e culturais estão profundamente presentes nas observações dos estrangeiros sobre a Índia dita “portuguesa”, e incluem, eles também, a desvalorização do outro como concorrente na economia mundial.

Em relação à Índia portuguesa que os viajantes franceses iriam descobrir existem duas *macro-imagens* que se vão sobrepor³. A primeira é a imagem de uma Goa dourada, paradigma das riquezas da Índia. A segunda é a lenda negra de Goa, onde se descobre e descreve um reino minado pela Inquisição.

A primeira imagem, a da Goa dourada, é a continuação do mito da Índia fabulosa e riquíssima que a Europa medieval partilhava, sobre tudo após as viagens de Marco Paulo. Mas a partir da publicação dos escritos de l’abbé Carré (1636-?) e Jean-Baptiste Tavernier (1605-1689), os viajantes franceses começam a citar-se mutuamente, reforçando quase sempre o que foi dito pelos primeiros. Assim, a crítica da Inquisição torna-se constante no discurso sobre os Portugueses na Índia, ainda após a Restauração da coroa portuguesa em 1640. Até ao fim do século XVIII, a imagem da nação portuguesa e dos seus laços indeléveis com a Inquisição evoluirá muito pouco.

Dejanariah Couto chama à atenção que, no século XVI, as autoridades portuguesas fizeram poucos esforços para espalharem pela Europa informações sobre a Índia⁴. O objetivo era conservarem secretas as informações sensíveis sobre o caminho da Índia pela rota do cabo, e por essa causa as autoridades censuraram muitos textos,

³ Julie M. DAHL, “Suicidal Spaniards in Moody Portugal and Other Helpful Stereotypes: Imagology and Luso-Hispanic Cultural Studies”, *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, 2011, n.º 15, pp. 23-39.

⁴ Dejanirah COUTO, “Goa dourada”, la ville dorée”, in *Goa 1510-1685. L’Inde portugaise, apostolique et commerciale*, Paris, Autrement, 1996.

em Portugal e na Índia. O segredo sobre as “coisas da Índia” foi a razão que justificou porque é que poucos estrangeiros, excluindo principalmente os viajantes e comerciantes italianos, adquiriram o passaporte necessário para atravessarem em segurança os oceanos, desde logo nos navios portugueses.

As informações sobre a conquista da Índia publicadas pelos historiadores e humanistas portugueses são também tardias. É só em meados do século XVI que serão publicadas as *Décadas da Ásia* (1552-1615) de João de Barros e a *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* (1551-1561) de Fernão Lopes de Castanheda. Geneviève Bouchon observa, em contraponto, que as imagens da Índia de que dispunham os Europeus antes das viagens portuguesas tinham sido essencialmente elaboradas pelos historiadores antigos, como Ptolomeu. Mesmo muito após a criação dos primeiros mapas da zona, elaborados por cartógrafos portugueses, mas também por florentinos ou venezianos⁵, as lendas do Idade Média continuavam a ser espalhadas pelos escritores, viajantes ou historiadores que tratavam destas matérias. O segredo que os reis de Portugal imporão sobre as “coisas da Índia”, associado às dificuldades em encontrar o caminho marítimo sem pilotos portugueses ou de forma a evitar as patrulhas portuguesas, explica uma vez mais a relativa ausência de estrangeiros europeus nos territórios da Índia até ao início do século XVII.

Vincent Le Blanc publica a primeira descrição de Goa em francês em 1570, em *Les voyages fameux*⁶. Significativamente, Vincent Le Blanc apresenta à Europa a cidade de Goa tal como a descreveu Afonso de Albuquerque : Goa é a “chave das Índias”. E Vincent Le Blanc vê Goa no tempo do seu esplendor:

«Au reste, ayant este diverses fois à Goa pendant nostre negotiation, i’y ay admiré souvent plusieurs choses, comme son grand trafic, les richesses, le bon ordre & la police de la Iustice, & sur tout un reglement admirable dans leur hospital qui est fort riche, & ou neanmoins quand il arrive une grande quantité de malades des armées [...] ».

⁵ Ver d’Alvise Ca’ DA MOSTO, *Voyages en Afrique noire d’...(1455 & 1456)*, Paris, Chandeigne/Unesco, 2003.

⁶ Se os apontamentos foram tomados em 1570, um livro como *Voyages fameux du sieur Vincent Le Blanc* só foi publicado em 1648. E os textos foram alterados pelos editores, Louis Bergeron e Louis Coulon.

Quanto aos Portugueses na cidade, Le Blanc considera que são « vains et superbes, & comme dit le proverbe *Pocos y locos* »⁷.

Se outros viajantes franceses já viajavam pelas Índias (como o demonstram as próprias observações de Le Blanc que narra um episódio em que alguns corsários franceses tentaram roubar um navio português carregado de especiarias), Le Blanc é o primeiro a deixar um relatório escrito da sua viagem. Se Le Blanc revela que as autoridades portuguesas destruíram muitos templos nos arredores de Goa, onde, supostamente os hindus adoravam o diabo... ele no entanto enfatiza que, em geral domina, uma forma de tolerância na gestão espiritual da ilha:

«Les habitans vivent delicieusement, se faisans toujours porter apres eux un beau vase plein d'Areca à la facon des Indiens. Ils se font aussi porter des dans [*sic* !] chaires richement parées par des esclaves, & laissent vivre tous les habitans chacun en sa religion.»⁸

O autor sublinha também que existe uma Inquisição em Goa, sem no entanto apontar para os seus aspetos negativos.

O marseilhês Vincent Le Blanc, que, note-se, chega à Índia por via terrestre, é o ultimo autor francês a publicar uma relação escrita antes de 1580, ano em que Portugal perde a autonomia dinástica. A partir de 1580, a situação em que passam a encontrar-se os portugueses na Índia modifica-se sensivelmente. As forças militares na Índia sofrem as consequências da derrota da *Grande y Felicísima Armada*, organizada pela Coroa espanhola, e a política de hostilidade desenvolvida, desde logo na Europa, contra os Holandeses pela dinastia dos Filipes vai incentivar os Holandeses e os Ingleses a abastecerem-se em especiarias diretamente nos portos do Índico. A criação da VOC, a companhia holandesa das Índias orientais e da EIC (*East India Company*) desorganizará o comércio na Índia dominado pelos portugueses, e progressivamente Goa irá perder a sua importância estratégica e o seu esplendor.

Neste contexto histórico de rivalidade económica, não é surpreendente que as primeiras relações de viagem que conhecemos escritas por autores franceses só apareçam no início do século XVII. As primeiras a serem publicadas são a célebre

⁷ Vincent LE BLANC, *Les voyages fameux du sieur Vincent Le Blanc*, Paris, Gervais Clousier, 1658, p. 57.

⁸ *Ibid.*, p. 56.

Voyage de François Pyrard de Laval e a menos conhecida *Voyage* de Jean Mocquet⁹. A elas porém devemos juntar, nos finais do século XVI, as relações de viagem do holandês Jan Huygen von Linschoten: esta obra, muito importante, apesar de escrita originalmente em holandês é rapidamente traduzida em várias línguas europeias (inglês, francês, latim, e até em português, mas só com a reprodução da parte referente à ilha de Goa, etc.) e estabelecerá novos parâmetros de avaliação da imagem dominante da Índia e das possessões portuguesas.

Dos dicionários do século XVII às enciclopédias do século XVIII, a imagem da Índia portuguesa, e especialmente de Goa, evolui de forma paralela à degradação da situação portuguesa no Oriente.

Na edição de 1674 do *Le Grand dictionnaire historique* de Louis Moréri, a cidade de Goa é ainda descrita como uma jóia do universo. O autor insiste também na qualidade da arquitetura das igrejas da cidade, e sublinha, uma vez mais, que o Hospital de Goa é mais impressionante que o “Espírito Santo” de Roma ou a Enfermaria de Malta, reconhecidos pelas suas belezas. Também insiste no facto de os Portugueses viverem em Goa com grande luxo e rodeados de uma grande variedade de prazeres.¹⁰

O artigo de 1759 do mesmo dicionário repete as referências ao mesmo tipo de belezas, incluindo agora a informação que o porto de Goa, o porto de Constantinopla e o porto de Toulon, em França, são os mais bonitos do grande continente asiático-europeu. Mas o autor insiste já na decadência do comércio de Goa e sobre o facto de os Portugueses *casados*, que no passado disfrutavam de uma vida de prazeres, estarem em geral pobres, depois de terem perdido o contról do comércio das Índias que os Holandeses e Ingleses conquistaram.¹¹

O artigo “Goa” da *Encyclopédie* de Diderot et d’Alembert, chega às mesmas conclusões que o artigo de Moréri de 1759. O pequeno artigo que lhe dedica o Chevalier Louis de Jaucourt acentua a decadência portuguesa, lembrando no entanto que Goa tinha sido a chave do comércio da Índia, segundo os textos dos

⁹ François Pyrard de LAVAL, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)*, Paris, Chandeigne, 1998 ; Jean MOCQUET, *Voyage à Monzambique [et] Goa*, Paris, Chandeigne, 1996.

¹⁰ Louis MORERI, « Goa », in *Le grand dictionnaire historique [etc.]*, Lyon, Jean Girin & Barthélémy Rivière, 1674, pp. 568-569.

¹¹ Louis MORERI, « Goa », in *Le grand dictionnaire historique [etc.]*, Paris, les libraires associés, 1759, tome 5, pp. 237-238.

historiadores portugueses que escreveram sobre a Índia. Já tudo se resume a glórias passadas há muito:

« Goa étoit alors la clé du commerce d'orient, & l'une des plus opulentes villes du monde: c'étoit encore l'endroit où il se vendoit le plus d'esclaves, & l'on y trouvoit même à acheter les plus belles femmes de l'Inde. Tout cela n'a plus lieu ; il ne reste à Goa qu'un viceroy, un inquisiteur, des moines, & une dixaine de mille habitans de nations & de religions différentes, tous réduits à une extreme misere ; mais l'on y garde toûjours dans un superbe tombeau de l'église des Jésuites, le corps de S. François Xavier, surnommé l'apôtre des Indes»¹².

De realçar que, lida ainda nestes termos, Goa tinha feito parte do imaginário europeu, e francês. Não era só para os Portugueses que o seu nome guardava a memória de uma época gloriosa do comércio no Oceano Índico: Goa simbolizava em geral os inúmeros desejos que estavam associados às viagens para o Oriente. Mas agora o interesse pela Índia é revisitado pela França.

Em 1664, Colbert funda a *Compagnie française pour le commerce des Indes orientales*. O ministro de Louis XIV tinha poucas informações sobre a situação do comércio no Oceano Índico. Colbert contrata então vários mercadores – franceses mas também estrangeiros – que o informam sobre as características atuais do comércio e sobre a situação no Oceano Índico. Ora uma das fontes de informação para a preparação das primeiras expedições da Companhia são precisamente os livros de viagens que os viajantes franceses escreveram desde o início do século XVII sobre a cultura e a história da Índia. Ainda que os propósitos políticos sejam diversos, ressalve-se que a grande maioria desses viajantes descobriram a Índia nas naus portuguesas e com os olhos dos pilotos e marinheiros portugueses que serviam na Carreira da Índia. Esses viajantes deixaram então um certo número de depoimentos que oferecem uma riquíssima visão sobre como os Franceses exploraram o Oceano Índico com os conceitos e o vocabulário português. Os textos franceses do século XVII têm assim a vantagem de juntar pontos de vista, que depois se radicalizarão.

François Pyrard de Laval (1578-1623) foi o viajante francês que descreveu a ilha e cidade de Goa da forma mais completa e admirativa. Soldado nas tropas portuguesas, chegou a Goa em 1607, ferido. Ficou hospitalizado no hospital de Goa.

¹² Louis de JAUCOURT, « Goa », in *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, Paris, André Le Breton [etc.], 1757, vol. 7, p. 728.

Descreveu então, com uma grande variedade de pormenores, a organização, a qualidade e a limpeza do hospital. Graças a Pyrard de Laval temos hoje umas das descrições mais completas do edifício. Pyrard descreve que homens e mulheres não eram socorridos nos mesmos edifícios. Também que os Índicos e os Cristãos novos não eram tratados nos mesmos edifícios que os Cristãos velhos e os Portugueses chamados “reynois” – isto é, originários do reino – ou “castiços” – os descendentes de *casados* com autóctones. Os Portugueses que não eram *casados*, mas que eram “soldados” do reino, não podiam sair de Goa sem as autorizações necessárias porque se suspeitava então de desertarem.

A grandeza do Hospital de Goa que admira Pyrard de Laval ilustra bem a política edificadora das autoridades goenses cujo objetivo era transformar a cidade numa nova Lisboa do Oriente¹³. Esse objetivo era inconciliável com o racionalismo necessário ao desenvolvimento do comércio, como a colonização inglesa e holandesa veio demonstrar. Este aspecto já tinha sido sublinhado por alguns portugueses, que na época criticaram a construção grandiosa de Igrejas, catedrais e hospitais, quando as forças armadas ou a administração requeriam mais fundos para funcionarem corretamente¹⁴. O próprio Pyrard de Laval reconhece a fragilidade dos Portugueses na Índia, insistido na evidente falta de homens e de dinheiro para uma boa gestão das instituições do reino na Índia. O relato do autor francês, tal como o do comerciante italiano Francesco Carletti, demonstrava ter uma compreensão global dos perigos que os Holandeses representavam para a presença de Portugal na Índia, após a criação da Companhia das Índias Orientais (VOC). Carletti deixou-nos uma das mais impressionantes descrições de uma batalha naval entre uma nau portuguesa e um navio holandês e constatou a desproporção entre os recursos dos Holandeses e os dos Portugueses, já muito poucos.¹⁵

Nos anos 1607-1610, Jean Mocquet, médico francês, segue o caminho de Lisboa para embarcar para o Oriente. Encontra em Portugal algumas dificuldades para achar as autorizações necessárias, pois não tinha um passaporte francês válido,

¹³ Dejanirah COUTO, « 'Goa dourada', la ville dorée », *op. cit.*, pp. 40-41.

¹⁴ Serge GRUZINSKI, *Les quatre parties du monde. Histoire d'une mondialisation*, Paris, La Martinière, 2004, pp. 267-268. O tema da decadência da Índia é já igualmente abordado em Portugal, nomeadamente por Diogo do COUTO no seu *Soldado prático*, escrito volta de 1610 (cf. *v.g.*, ed. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1980).

¹⁵ Francesco CARLETTI, *Voyage autour du monde de Francesco Carletti (1594-1606)*, Paris, Chandeigne, 1999, pp. 273-282.

mas consegue, com a ajuda de amigos lisboetas, embarcar numa nau com 900 pessoas que partiam para Goa. A viagem é difícil, Jean Mocquet fica doente e sofre do que se chama então o “mal de Luanda” (escorbuto é o nome de origem holandesa). Talvez porque Jean Mocquet fosse protestante, é bastante crítico relativamente às condições de navegação e às atitudes das autoridades portuguesas nas mais variadas zonas que descobre – como Moçambique e Goa – queixando-se frequentemente de maus tratos.

Viajante, estrangeiro e pobre, Jean Mocquet, relata do ponto vista popular quais eram as condições de viagem para os mais desfavorecidos na carreira da Índia. A sua *Voyage à Mozambique & Goa : la relation de Jean Mocquet*, escrita em francês, mostra em inúmeras partes do texto como o autor se adaptou progressivamente à realidade portuguesa, que lhe era estranha. As despesas geradas pela viagem são sempre especificadas na moeda portuguesa – como o *xerafim*. Os títulos de nobreza, tais como o de Fidalgo, são repetidos quando o viajante interage com a tripulação portuguesa. Várias lendas marítimas, como aquelas que se centram no peixe-mulher ou nos tubarões (Jean Mocquet não utiliza a palavra francesa “requin” mas sim um substantivo derivado do português, *tiberon*¹⁶) ilustram um imaginário marítimo europeu que absorve a experiência oceânica portuguesa. Quando chega a Goa, Mocquet refere as tradições da Índia e os usos e hábitos dos portugueses utilizando terminologia portuguesa. Jean Mocquet mostra desse modo a sua curiosidade como viajante, mas também a alteridade com que se confronta. Uma alteridade que o deixa “estrangeiro”, marginalizado pela realidade da Índia portuguesa.

Ao longo do discurso, é patente um crescente desconforto: Mocquet mostra a vontade do viajante de partir e o seu arrependimento por ter querido chegar às Índias Portuguesas. No entanto, esta experiência não o impede de escrever um diário de viagem onde, naturalmente, por vezes a realidade é indissociável da leitura subjetiva da realidade e da ficção.

Mais difícil é ler as *Seis Viagens* de Jean-Baptiste Tavernier (1605-1689): é uma obra desestruturada, intercalada com numerosas digressões, e a narrativa não segue uma ordem cronológica. Algumas dessas viagens são difíceis de reconstruir

¹⁶ Jean MOCQUET, *Voyage à Mozambique & Goa. La relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, Paris, Chandeigne, 1996, p. 207.

do ponto de vista cronológico. É verdade que o autor, que escreveu no final da sua vida, pode ter esquecido ou confundido alguns caminhos. Jean-Baptiste Tavernier viaja no Oriente entre os anos de 1633 e 1668. Tavernier não viaja como Mocquet. Adquirira um excelente conhecimento do comércio no Oriente, das mercadorias que se podiam trocar, das rotas, etc. Tornou-se grande servidor dos príncipes otomanos, persas ou índicos que lhe ofereceram a confiança deles. O período durante o qual Tavernier viaja é o momento em que se opera a Restauração do Reino de Portugal. Nos testemunhos que Jean-Baptiste Tavernier deixou para a posteridade, encontramos várias vezes a expressão melancólica da decadência das forças portuguesas no Oriente. Por exemplo, quando o viajante transcreve a situação da ilha de Ormuz – situada à saída do Golfo Pérsico – indica o esplendor passado da cidade, entretanto abandonada pelos Portugueses e entretanto desprovida de utilidade estratégica na nova geopolítica :

« Les Portugais s'étant rendus maîtres de l'Isle d'Ormuz, d'une Ville mal bâtie en firent une très-belle, & qui alloit jusqu'à la magnificence que cette Nation aime beaucoup. Le fer des portes & des fenêtres étoit tout doré, & c'est une chose qui se dit communément dans le país, que si les Portugais étoient demeurez maîtres d'Ormuz, au lieu de fer aux portes & aux fenêtres il n'y auroit presentement que de l'or & de l'argent »¹⁷.

Tavernier descreve minuciosamente a organização do comércio português em Diu – o tipo de barcos utilizados para o controlo das fronteiras marítimas, os passaportes necessários aos comerciantes e pescadores, o tipo de taxas aplicadas e o valor de vários cargos. O autor também lembra a força comercial de Goa, que é descrita como um dos três mais belos portos do continente asio-europeu, repete o esplendor dos seus edifícios públicos, acima de tudo do Hospital, das igrejas, como a de São Paulo dos Jesuítas, e do palácio da Inquisição. Mas Tavernier não pode esconder a decadência que sucedeu a partir dos anos 1650. Como ele atravessa o território várias vezes durante a sua carreira de comerciante, insiste cada vez mais na pobreza que vê atingir as mais nobres famílias de Goa, e que obriga as senhoras da mais alta condição a sair à rua pedindo esmola:

« D'ailleurs quand on va en personne faire la charité à la porte, elles présentent d'ordinaire un billet de quelque Religieux qui les recommande, & qui fait mention

¹⁷ Jean-Baptiste TAVERNIER, *Les six voyages de Monsieur Jean-Baptiste Tavernier*, Paris, Pierre Ribou, 1713, t. 2, p. 433.

du bien que la personne a eu & de la pauvreté où elle est tombée. Ainsi l'on entre le plus souvent en discours avec la belle, & par honneur on la prie d'entrer pour faire collation qui dure quelquefois jusqu'au lendemain. »¹⁸

Tavernier descreve a política colonial dos Portugueses como uma empresa de longo prazo. Ele presta atenção à maneira como as casas portuguesas são construídas, com jardins e telhas de barro, feitas para durar. Há pois alguma ironia na sua ruína ou no contraponto que esta empresa, edificada com alguma perenidade, faz agora com o comércio fugaz e superficial. Os estabelecimentos portugueses, apresentados numa perspectiva cultural que aliava a prática comercial à difusão do cristianismo, mostram-lhe as tentativas portuguesas de modificar profundamente as características espirituais das zonas conquistadas. Com o seu espírito mercador, Tavernier insiste na diferença entre as ações dos Portugueses no Oriente e as ações dos Holandeses. As análises de Tavernier sublinham como os Holandeses, com a VOC, tentaram estabelecer, nas diferentes zonas comerciais antes controladas pelos Portugueses, formas de monopólio que prejudicam todo o tipo de comércio que não passe pela VOC. As formas comerciais utilizadas pelos Holandeses são descritas como muito agressivas, provocando destruições do território local e desenvolvendo formas de pobreza onde antes existia prosperidade.

Os pomares plantados pelos portugueses na ilha de Santa Helena, para o abastecimento das frotas da Carreira da Índia, são assim descritos por Jean-Baptiste Tavernier :

« Il y a quantité de citronniers & quelques orangers que les Portugais avoient autrefois plantez. Car cette nation a cela de bon, que là où elle est, elle tâche de faire quelque chose pour le bien de ceux qui doivent venir ensuite dans le même lieu, les Hollandois font tout le contraire & tâchent de détruire tout afin que ceux qui pourroient venir après eux ne trouvent rien.»¹⁹

Este exemplo, mesmo se anedótico, é típico da crítica que Tavernier faz ao sistema económico colonial da VOC. Os Holandeses teriam desenvolvido uma estratégia a curto prazo, o importante era que os investidores da VOC conseguissem um benefício, o mais rápido possível. Tal não era claramente, a seu ver, a estratégia portuguesa, mais orientada para a permanência de um bem a longo prazo.

¹⁸ Jean-Baptiste TAVERNIER, *op. cit.*, t. 2, p. 158.

¹⁹ Jean-Baptiste TAVERNIER, *op. cit.*, t. 4, pp. 307-308.

De um ponto de vista cultural, é perceptível como Tavernier aprecia a política régia dos *casados* portugueses que, à sombra da coroa portuguesa, tentaram estabelecer um novo reino cristão nos territórios do Oriente. Infelizmente, a progressiva fraqueza das forças portuguesas teria impedido o processo de continuar.

Jean-Baptiste Tavernier tenta perceber a causa das dificuldades dos Portugueses frente aos Holandeses: vê-as como consequência do grande número de fortalezas que os Portugueses foram construindo na Índia e também põe em causa a organização das suas forças militares, que, segundo ele, eram muito dispersas e mal comandadas²⁰. Outra crítica formulada por Tavernier é o hábito dos Portugueses instalarem as fortalezas ou as colónias em sítios militarmente estratégicos, mas também em climas muito duros, onde a terra era mais difícil de cultivar ou onde por vezes a água faltava. Essas zonas seriam assim mais difíceis de defender, até porque os ocupantes tinham de ser reabastecidos por naus.

É progressivamente que os viajantes franceses do século XVII associam a presença da Inquisição (e dos Jesuítas e outros missionários) ao prejuízo que elas causam à economia portuguesa no Oriente. François de La Boullaye-le-Gouz (1610-1668), diplomata e explorador, viaja para o Oriente em 1643²¹. Em *Les voyages et observations du sieur de La Boullaye-Le-Gouz*, adverte os seus leitores para terem muito cuidado com a Inquisição e para evitarem ao máximo falar de assuntos religiosos. Na sua descrição de Goa, que ele visita entre 1643 e 1647, teoriza sobre a decadência económica do reino português em Goa e além-mar, atribuível, segundo ele, à presença de inúmeros religiosos:

« De toutes les persecutions que les Portugais font aux Indou, Parsis & Musulmans, l'on peut iuger que c'est la raison pourquoy ils abandonnent leurs terres, pour aller demeurer sur les terres de Schah Geaann ou d'Adel Schah, où ils ont libre exercice de leur Religion, Temples, Sacrifices, lauoirs, &c. & à present entre Damaon & Bassain, il y a si peu de naturels Indou que la pluspart des aldées sont en friche sans estre cultivées, ie suis certain que les Indou aiment mieux les Portugais que les Mansulmans, ny les Anglois, Hollandois, ou Danois, mais leur conscience les

²⁰ « Si les Portugais ne se fussent point amusez à garder tant de Forteresses en terre & si dans le mépris qu'ils faisoient d'abord des Hollandois, ils n'eussent pas négligé leurs affaires, ils ne seroient pas aujourd'hui réduits comme ils sont au petit-pied» (Jean-Baptiste TAVERNIER, *op. cit.*, t. 3, p. 158).

²¹ La Boullaye-le-Gouz publicará somente a relação das suas viagens em 1653. Cf. François LA BOULLAYE-LE GOUZ, *Les voyages et observations du sieur de La Boullaye-Le-Gouz*, Paris, Gervais Clouzier, 1653.

oblige souuent à chercher un Asile où ils puissent seruir leur Dieu Ram, suiuant les rits & les ceremonies des Bramens. »²²

Significativamente, Charles Dellon, alguns anos mais tarde, repetirá o mesmo tipo de comentários:

« La petitesse de Daman n’empêche pas qu’il ne s’y fasse un commerce assez considérable, & qu’il n’y ait des Marchands fort riches, il y en viendroit sans doute un bien plus grand nombre, attirez par la beauté du lieu & la fertilité du terroir, si la crainte de l’Inquisition ne les empêchoit. »²³

Esta análise é em geral, ainda hoje, confirmada com o que aconteceu no Japão e na China. A perseguição dos shoguns aos jesuítas e outros missionários, sobretudo portugueses e espanhóis, a partir dos últimos anos do século XVI tinha sido motivada pelo medo que tiveram de ver substituído o seu controle espiritual. Também os comerciantes estabelecidos em Macau tinham perdido o lucrativo mercado das minas de prata devido à atividade missionária dos Jesuítas. A visão de La Boullay-Le-Gouz é certamente parcial, porque ele não se informa sobre as inúmeras ocasiões em que os membros das ordens religiosas, e sobretudo os jesuítas, ofereceram às autoridades portuguesas uma ajuda preciosa em aspectos tanto comerciais que como políticos (um dos melhores exemplos da atividade diplomática dos Jesuítas é a tentativa de batizar o imperador dos Moghols – força dominante no continente Índico a partir da segunda metade do século XV – para o tornar amigo e protetor dos Portugueses). Mas as observações de La Boullay-Le-Gouz também ilustram o facto da administração portuguesa da Índia se tornar progressivamente cada vez mais distante da população goense, alimentando vícios económicos, onde os ricos e os poderosos tinham cada vez mais poder.

As críticas ao estado das “coisas da Índia” nos escritos franceses do século XVII lembram muito a análise de Diogo do Couto, no *Soldado práctico* (escrito em 1610), significativamente censuradas pela corte do rei Filipe II de Espanha, porque expunham a terrível realidade da ditadura oligárquica da Índia. Na Índia, segundo Diogo do Couto, a violência contra os mais fracos era constante, a ganância e a corrupção dos mais ricos era diária e o abandono dos interesses da coroa uma triste realidade. Este e outros testemunhos explicam as razões da inação dos Portugueses na Índia face aos primeiros ataques Holandeses: a falta de

²² *Ibid.*, p. 208.

²³ Charles DELLON, *Relation de l’Inquisition de Goa*, Paris, Daniel Horthemels, 1688, p. 84.

embarcações em condições para a guerra, as tripulações dispersas, onde a ausência de de homens competentes e de capitães por mérito era crónica (sobretudo após 1580, quando a desvalorização dos domínios portugueses pela coroa espanhola teria marginalizado a política na Índia portuguesa).

Será porém a *Relation de l'Inquisition de Goa* (1687), de Charles Dellon, a obra francesa que propagará de forma mais ampla a lenda negra sobre o estado da Índia²⁴. Depois das críticas de Jean-Baptiste Tavernier e de François de La Boullaye-Le Gouz, o relatório sobre a ação inquisitorial intentada por Charles Dellon deixará traços indeléveis na memória dos filósofos do século XVIII: Dellon será citado e repetido por le Marquis d'Argens, por Voltaire, por Montesquieu, inscrevendo na história francesa (e europeia) uma opinião exageradamente negativa sobre Portugal e a sua presença na Índia.

Charles Dellon, descendente de uma família de médicos do Languedoc, embarca com 17 anos para o Oriente, em 1668, na nau *La Force*, da *Compagnie royale des Indes*, fundada, como dissemos já, por Colbert. Empregado inicialmente pela *Compagnie*, Dellon cumpre ainda algumas missões antes de pedir a sua demissão. Mas já livre de qualquer compromisso voga até Damão, onde o governador português o acolhe com hospitalidade. Dellon trabalha em Damão como médico, aí ajuda a curar do escorbuto muitos marinheiros que ali chegam. A sua atividade de médico torna-o rapidamente amigo de personalidades importantes e ajuda-o a aceder à alta sociedade da cidade. Infelizmente para Dellon, segundo o seu relato, uma senhora da nobreza, com quem ele se liga de amizade, é também desejada pelo governador de Damão, Manuel Furtado de Mendonça. Segundo o autor, o governador não hesita em denunciá-lo à Inquisição como um homem de fé protestante. Na sua relação, Charles Dellon admite que a religiosidade portuguesa lhe exigia certas manifestações de fé – como beijar as imagens sacras, por exemplo – que ele não praticava. Teria sido isso que o tornou suspeito. Primeiro, foi detido na prisão eclesiástica de Goa (a Aljube) – de péssima reputação: um “buraco”. Foi depois transferido para o palácio da Inquisição, onde o isolamento era completo: não se podia falar alto, receber visitas, e os advogados pleiteariam a favor da Inquisição. A Inquisição é apresentada como incrivelmente poderosa, devendo só

²⁴ Mas Dellon ainda insiste sobre o facto de a cidade de Goa ser “la plus belle, la plus grande & la plus magnifique de toute l’Inde [...] » (Charles DELLON, *Relation de l’Inquisition de Goa*, op. cit., p. 70).

obediência ao Vice-rei. Dellon teria tentado suicidar-se várias vezes. Confiava ao leitor o terror e a tristeza de estar prisioneiro em tais condições, sem nunca ter ideia exata do seu futuro. É chamado várias vezes ao Inquisidor-mor para ser interrogado. Como o procedimento é totalmente secreto, o Dellon nunca será informado das verdadeiras razões da sua detenção. Algo que o aterrorizou foi o facto de constatar que os inquisidores, supostamente conhecedores do catecismo romano, desconhecem muitos aspetos do dogma: esta descoberta deixa-o particularmente perplexo. Após dois anos de detenção, Charles Dellon participará num auto-de-fé a 12 de Janeiro de 1676. Durante a procissão, Charles Dellon será vestido com um *sambenito*, uma cruz de Santo André no peito e uma coroa na cabeça; e assim percorrerá as ruas da cidade. Alguns dos que o acompanham serão queimados na fogueira depois de enforcados, (só os relapsos são desta forma executados). Condenado a 5 anos de trabalhos forçados em Portugal, Charles Dellon consegue finalmente escapar de Goa, exprimindo o desgosto de não poder continuar a descobrir mais terras do Oriente. A longa viagem de regresso obriga a tripulação a parar três meses no Brasil. Depois de tanto sofrimento nas celas da Inquisição, Dellon continua a mostrar-se curioso e atento ao que o rodeia. Descreve ainda São Salvador da Bahia, constatando que há ali menos pobres que em Goa – o que ele pensa ser uma consequência do paternalismo dos ricos colonos do Brasil. A riqueza do Brasil é, segundo ele, a consequência da inexistência de uma Inquisição como a de Goa:

« Il y a dans Sam Salvador, quantité de riches Marchands de toutes Nations, & ce qui a conservé jusques à présent le commerce dans son lustre, aussi bien que dans tout le reste du Bresil, a été le refus que les Habitans ont fait de recevoir l'Inquisition, qui n'a pas encore pû y être admise, malgré tous les efforts que Messieurs les Officiers du Saint Office ont fait pour l'y établir »²⁵.

Tal raciocínio, comprovado pela descrição pormenorizada das suas experiências, consolida a ideia de que a Inquisição é a principal causa da decadência económica do reino de Portugal na Índia.

Quando chega a Lisboa, Dellon pede ajuda a um compatriota, M. Fabre, médico da rainha portuguesa de origem francesa, Marie Françoise Isabelle de Sabóia, para interceder a seu favor. Consegue até o interesse de Bossuet, que intervém a seu

²⁵ Charles DELLON, *Relation de l'Inquisition de Goa, op. cit.*, pp. 355-356.

favor. Facto excepcional, o seu processo é anulado em Portugal e, a 30 de junho de 1677, Dellon é ilibado, desembarcando a 16 de agosto em terras francesas.

A relação de Charles Dellon, publicada quase 10 anos mais tarde, em 1685, rapidamente é traduzida em várias línguas europeias (alemão, holandês, inglês; a primeira tradução portuguesa deverá esperar por 1866) e vai ter um impacto importantíssimo nos filósofos do iluminismo. A lenda negra de Goa (e de Portugal) irá contaminar a maioria das reflexões e das descrições sobre o reino. Muitos viajantes repetirão então as críticas formuladas pelos viajantes franceses no Oriente e centrar-se-ão, muito em particular, e num contexto do Iluminismo, no domínio que a Igreja católica conservava sobre a sociedade civil. Significativamente, o vocabulário que Dellon tinha utilizado para descrever a sua experiência nos calabouços da Inquisição é português: encontram-se no texto francês de Dellon palavras como “Santa Casa”, “Familiar”, “coroça” ou *autodafé* (“auto-de-fé”) – esta última palavra faz hoje ainda parte do vocabulário usado em língua francesa, ilustrando desta forma como o imaginário da língua francesa ainda associa os povos ibéricos ao fanatismo e à Inquisição.

Nos textos dos finais do século XVII, é perceptível que os Franceses, ao contrário dos Holandeses e dos Ingleses (nações protestantes de comerciantes que não tinham projetos de ordem espiritual), poderiam vir a continuar a política imperial portuguesa no Oceano Índico. Alguns autores tentam, por exemplo, compreender a origem dos problemas que os Portugueses encontraram na Índia para que a *Compagnie française des Indes* desenvolva métodos mais eficazes, com que pudesse contrariar as operações holandesas e inglesas. É pois também notória uma certa absorção do imaginário português no Oriente nos textos franceses do século XVII. Em 1668, François Bernier aconselharia Colbert, num relatório intitulado “Mémoire sur l'établissement du commerce dans les Indes”, a não seguir o exemplo dos reis de Portugal nas políticas do Índico. Se Luís XIV, o rei de França, quisesse elevar a França a potência marítima, não devia demonstrar aos príncipes mughais da Índia que a França queria vir a ser essa potência, pois tal facto lembraria o antigo poder dos Portugueses na zona. Havia também o perigo, demonstrado pela experiência portuguesa, de os povos dominados crescerem em conhecimento com os seus dominadores. Já Charles Dellon também tinha indicado que, depois da surpresa inicialmente provocada pela chegada dos Portugueses à Índia, os

príncipes índicos se tinham progressivamente adaptado aos instrumentos utilizados pelos europeus, crescendo na resistência²⁶. O historiador Sanjay Subrahmanyam também observaria que, a partir dos finais do século XVI, as forças portuguesas não tiveram só que enfrentar os Europeus, mas também os vários reinos da Índia e da periferia do Oceano Índico, como os Persas, que entretanto se tinham adaptado à presença portuguesa e por isso conheciam novos métodos de combate.²⁷

De um ponto de vista cultural, parece-nos óbvio que os Franceses, e os Europeus, antes e depois de se lançarem à descoberta do Oceano Índico, integraram um *horizon d'attente*, construído a partir dos fracassos da primeira mundialização, de traça ibérica. Neste ponto de vista, os impérios asiáticos passaram a ser apresentados como parceiros, sendo o perigo atribuído às companhias comerciais.

²⁶ Sanjay SUBRAHMANYAM, *L'empire portugais d'Asie. 1500-1700*, Paris, Points, 2013, pp. 79-84.

²⁷ *Ibid.*, pp. 192-193.

